



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE RONDÔNIA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 067

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL
DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e), E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO
OESTE**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara
Municipal Aprovou, e Ele, Sanciona e Promulga a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica instituída a Nota Fiscal de
Serviços Eletrônica (NFS-e), que deverá ser emitida por ocasião da
prestação de serviço que constitua fato gerador do Imposto Sobre
Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

§1º Caberá ao regulamento:

I- disciplinar a emissão da NFS-e, definindo os contribuintes sujeitos
a sua utilização, por atividade e por faixa de receita bruta ou
estrutura operacional;

II- definir os serviços passíveis de geração de créditos fiscais para os
tomadores de serviços;

III- disciplinar a utilização do Recibo Provisório de Serviço (RPS);

IV- disciplinar a utilização dos percentuais de que trata o §1 do art.2
desta Lei Complementar.

§2º Aquele que não atender a obrigação de emissão de NFS-e,
sujeitar-se - a multa de 10 (dez) UPF's, aplicada a cada prestação se



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE RONDÔNIA**

serviços o sem o referido documento fiscal, mesmo não estando sob fiscalização.

§3º A emissão de NFS-e constitui confissão de dívida de ISSQN incidente na prestação de serviços, ficando a falta de tempestiva do recolhimento dos valores do imposto, plenamente habilitados para:

I- a cobrança administrativa;

II- a inscrição em Dívida Ativa, com conseqüente cobrança judicial;

III- a expedição de Certidão Positiva de Débitos.

§4º A falta de recolhimento do ISSQN incidente na prestação de serviços para contribuinte obrigados a emissão de NFS-e, havendo ou não a emissão de RPS, sujeitará o infrator a multa estabelecida na legislação tributária municipal, lançada por Notificação de Lançamento ou Auto de Infração, observados os procedimentos legais.

§5º O contribuinte obrigado a emissão de NFS-e fica dispensado da apresentação da Guia Mensal (GIM) e de registro em Livro de Registro de Prestação de Serviços (LRPS).

§6º As emissões de NFS-e constituirão o totalizar mensal para a geração do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), por mês de competência.

§7º O contencioso decorrente de autuações previstas nesta Lei Complementar obedecerá ao rito estabelecido na Lei Complementar n. 056 de 21.12.2009 e alterações posteriores que estabelece o Código Tributário Municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE RONDÔNIA**

§8º A penalidade prevista no §2 deste artigo será aplicada em dobro, em caso de reincidência, assim considerada o cometimento da mesma infração no prazo de até 5 (cinco) anos, a contar da data do pagamento da exigência, ou do termino do prazo para interposição da defesa, ou, ainda, da data da decisão irrecorrível na esfera administrativa, relativamente a infração anterior.

§9º Aplicar-se-ão, no que couber, outras penalidades previstas na legislação tributária municipal, relacionadas direta ou indiretamente com a NFS-e.

Art. 2º. O tomador de serviços poderá utilizar, como crédito para fins do disposto no artigo 3 desta Lei, parcela do ISSQN efetivamente recolhido, relativo as NFS-e passíveis de geração de crédito.

§1º O tomador de serviços fará jus ao crédito de que trata o “caput” deste artigo nos seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISSQN:

I- 30% (trinta por cento) para as pessoas físicas;

II- 2% (dois por cento) para as pessoas jurídicas, observando o disposto no §2 deste artigo.

§2º Não farão jus ao crédito de que trata o “caput” deste artigo:

I- os órgãos da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as entidades controladas direta ou indiretamente por esses entes públicos e as sociedades de economia mista;

II- as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas fora do território do Município de Colorado do Oeste;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE RONDÔNIA**

III- as pessoas físicas tomadoras de serviços que não informarem o numero do Cadastro de Pessoa Física (CPF), quando do preenchimento dos dados necessários a emissão da NFS-e;

IV- as pessoas físicas e jurídicas que tomarem serviços de empresas enquadradas no regime de arrecadação especial prevista no código tributário municipal, quando o recolhimento do ISSQN não for feito por meio de DAM emitido pelo Sistema NFS-e;

V- as pessoas jurídicas que atuarem como substitutos tributários na forma definida na legislação;

VI- as pessoas físicas e jurídicas que não prestarem outras informações ou dados necessários a concessão do benefício previsto nesta Lei, conforme definido Regulamento.

Art. 3º O crédito a que se refere o art 2 desta lei poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana(IPTU) a pagar, referente a imóvel indicado pelo tomador , na conformidade do que dispuser o regulamento.

§1º Não será exigido nenhum vinculo legal do tomador do serviço e o imóvel inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal por ele indicado.

§2º Os créditos fiscais serão totalizados a cada exercício, em data estabelecida em regulamento, para abatimento do IPTU dos exercícios subseqüentes, aplicáveis somente aos imóveis que não possuam débitos em atraso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE RONDÔNIA**

§3º Os créditos fiscais de pessoas jurídicas ou físicas tomadoras de serviços que possuam débitos tributários em atraso relativos a inscrição imobiliária indicada poderão:

I- ficar com sua utilização suspensa até que se regularize, observando-se o prazo limite definido em Regulamento;

II- ser objeto de indicação para outra inscrição, observando-se a necessidade de inexistência de débitos em atraso.

§4º O crédito fiscal deverá ser utilizado no prazo de até três (03) anos, nos termos estabelecidos em Regulamento.

Art. 4º. Constitui infração a esta Lei Complementar a alocação ou utilização de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na NFS-e de pessoa que não seja efetivamente a tomadora do serviço.

§1º Constatada a infração disposta neste artigo, aplicar-se-á, cumulativamente, quando couber, a multa correspondente a:

I- 70 UPF's (setenta Unidades Padrão Fiscal) – ao prestador de serviços;

II- 70 UPF's (setenta Unidades Padrão Fiscal) – a pessoa jurídica irregularmente registrada como tomadora de serviços;

III- 20 UPF's (vinte Unidades Padrão Fiscal) – a pessoa física indevidamente registrada como tomadora de serviços.

§2º As penalidades previstas nos incisos II e III, do § 1 deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente ao verdadeiro tomador de serviço, quando constatado que este anuiu com essa prática.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE RONDÔNIA**

§3º O pagamento das penalidades previstas neste artigo, ou a sua confirmação mediante decisão administrativa definitiva, ensejará no cancelamento da NFS-e irregular, de ofício ou por iniciativa do contribuinte, devendo ser emitido novo documento fiscal, por parte do prestador de serviços, para o correto acobertamento da prestação de serviços, sob pena de aplicação da penalidade estabelecida no §2, do art. 1, desta Lei Complementar.

§4º Poderá ser dispensada a aplicação da penalidade disposta no inciso III, do §1 deste artigo quando evidenciado que a pessoa física ou jurídica indicada como tomadora ou prestadora do serviço, desconhecia o uso indevido de seu nome, razão social, CPF, CNPJ ou outra indicação pessoal.

§5º A pessoa física ou jurídica que identificar em NFS-e o uso indevido de seu nome, razão social, CPF, CNPJ ou outra indicação pessoal, como prestador ou tomador de serviços, deverá informar tal situação a Coordenadoria de Fiscalização da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de seu reconhecimento.

Art. 5º A regulamentação os índices ou percentuais, a quantidade de UPF'S, as penalidades ou infrações e abatimentos como forma de incentivo, poderão ser alterados por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da sua regulamentação.

Colorado do Oeste – RO, 10 de janeiro de 2012.


ANEDINO CARLOS PEREIRA JUNIOR
Prefeito Municipal